



444
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

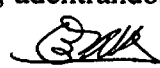
Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0310867-4 (N. P. U. 0077567-76.2011.8.17.0001)

Agravante: Samuel Pinto de Almeida e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE. LITISPENDÊNCIA. AÇÃO COM MESMAS PARTES, PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. AGRAVO DESPROVIDO POR DECISÃO UNÂNIME.

1. Os agravantes submeteram-se a processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos, não logrando êxito no certame, posto que, de acordo com a banca examinadora, não obtiveram o mínimo de 40% (quarenta por cento) de acerto em cada prova do exame intelectual. O juiz *a quo* verificou a existência de outra ação com as mesmas partes, pedido e causa de pedir (Mandado de Segurança nº 0021045-63.2010.8.17.0001), de modo que extinguiu o feito sem resolução meritória.
2. Em consulta no site deste Tribunal de Justiça, verifica-se que, de fato, os candidatos agravantes já ingressaram com outra ação, o Mandado de Segurança nº 0021045-63.2010.8.17.0001, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, de forma que se confirmou a ocorrência da litispendência.
3. Embora aquela Ação Mandamental tenha sido impetrada em face da autoridade coatora, o Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, e a presente ação contra a entidade de Direito Público a qual ela pertence, o Estado de Pernambuco, entende-se que isto não impede a configuração da litispendência, pois o pedido será, ao final, cumprido pela mesma pessoa.
4. Percebe-se ser inverídica, ainda, a informação dos agravantes de que não se poderia declarar a litispendência, pois o Mandado de Segurança foi extinto sem resolução de mérito, uma vez que, consultando o site deste e. Tribunal de Justiça, verifica-se que a decisão do *mandamus* foi denegatória da segurança, adentrando, portanto, no *meritum causae*. 
5. Agravo desprovido por decisão unânime.



445
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0310867-4, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



446
JK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0310867-4 (N. P. U. 0077567-76.2011.8.17.0001)

Agravante: Samuel Pinto de Almeida e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo contra Decisão Terminativa (fls. 383/385) que negou provimento ao apelo, para manter a sentença de 1º grau que denegou a segurança pleiteada por reconhecer a litispendência entre esta ação e outra já instaurada, cujo objetivo era o mesmo: manter os candidatos agravantes participando do concurso de Sargento PMPE, mesmo diante do ponto de corte de 40% (quarenta por cento) em cada disciplina.

Os agravantes sustentam (fls. 390/418), em síntese, que a sentença paradigma para a caracterização da litispendência pelo juízo de 1º grau foi dada sem resolução de mérito, não gerando, portanto, o fenômeno da litispendência entendido pelo juiz. No mérito, os candidatos defendem o direito de permanecerem na disputa, já que, segundo entendem, houve alteração do Edital, pois passou a ser exigido, para aprovação, o acerto de 40% (quarenta por cento) das questões de cada disciplina, e não de cada prova, conforme inicialmente disposto na norma editalícia.

É o Relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



447
E

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0310867-4 (N. P. U. 0077567-76.2011.8.17.0001)

Agravante: Samuel Pinto de Almeida e outros

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões.

VOTO

Os agravantes submeteram-se a processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos, não logrando êxito no certame, pois que, de acordo com a banca examinadora, não obtiveram o mínimo de 40% (quarenta por cento) de acerto em cada prova do exame intelectual.

O juiz *a quo* verificou a existência de outra ação com as mesmas partes, pedido e causa de pedir (Mandado de Segurança nº 0021045-63.2010.8.17.0001), de modo que extinguiu o feito sem resolução meritória.

Sabe-se que o fenômeno da litispendência ocorre quando se repete ação idêntica a outra que está em curso, ou seja, quando a nova ação tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido de outra anteriormente ajuizada, conforme estabelece o art. 301, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC.

Art. 301: (...)

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.

Analisando o presente caso, e em consulta no site deste Tribunal de Justiça, verifico que, de fato, os candidatos agravantes já ingressaram com outra ação, o Mandado de Segurança nº 0021045-63.2010.8.17.0001, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, de forma que vislumbro a ocorrência da litispendência.

Impende destacar que embora aquela Ação Mandamental tenha sido impetrada em face da autoridade coatora, o Gestor de Capacitação da Secretaria de Defesa Social de

2 - Agravo na AC 0310867-4

Erik



448
B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Pernambuco, e a presente ação contra a entidade de Direito Público a qual ela pertence, o Estado de Pernambuco, entende-se que isto não impede a configuração da litispendência, pois o pedido será, ao final, cumprido pela mesma pessoa.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL – MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO: LITISPENDÊNCIA – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO: SÚMULA 282/STF – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC: INEXISTÊNCIA ...3. Esta Corte firmou entendimento de que: a) não afasta a litispendência a circunstância de as ações possuírem ritos diversos; b) não afasta a litispendência o fato de o réu, no writ, ser autoridade coatora do ato impugnado e, na ação ordinária, figurar no pólo passivo a pessoa jurídica ao qual pertence o agente público impetrado; c) a ratio essendi da litispendência é que a parte não promova duas demandas visando o mesmo resultado. 4. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (grifei) (STJ - REsp: 866841 RJ 2006/0151100-7, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 14/10/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/11/2008)

Percebo ser inverídica, ainda, a informação dos agravantes de que não se poderia declarar a litispendência, pois o Mandado de Segurança foi extinto sem resolução de mérito, uma vez que, consultando o site deste e. Tribunal de Justiça, verifiquei que a decisão do *mandamus* foi denegatória da segurança, adentrando, portanto, no *meritum causae*. Para corroborar, leia-se a parte final da decisão:

(...) Todos os impetrantes, sem exceção, não obtiveram, em pelo menos uma das provas ou em mais de uma delas, o ponto de corte mínimo exigido para aprovação no exame intelectual. Uma eventual concessão da segurança pleiteada implicaria em ofensa aos princípios constitucionais da isonomia e da vinculação ao edital, já que os impetrantes estariam tendo tratamento diferenciado em relação aos concorrentes aprovados, acarretando tratamento diferenciado à situações idênticas. Pelas razões elencadas, não vislumbro ilegalidade ou abuso na eliminação dos impetrantes do concurso ao qual concorreram, não verificando ofensa a direito líquido e certo dos impetrantes. Diante do exposto, DENEGO A SEGURANÇA pleiteada, pelo que

Erik



449
p

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

extingo o presente feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.

Assim, verificada a ocorrência da litispendência, não há outra solução senão extinguir o feito sem resolução de mérito, como fez o juiz de 1º grau, devendo a sentença ser mantida em sua totalidade.

Com tais considerações, **voto no sentido de negar provimento ao presente Agravo.**

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator